

O Projeto 5 na FAUP: os objetivos, a didática e os desafios essenciais à experimentação sobre o território

Teresa Calix¹

Faculdade de Arquitetura
da Universidade do Porto

As «Experiências Pedagógicas sobre Território», no Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (MIArq-FAUP), concretizam-se, atualmente, no espaço criado por algumas unidades curriculares², de caráter teórico e nem todas obrigatórias, que apresentam perspetivas muito diversificadas sobre diferentes temáticas relacionadas com a cidade e com o território, e culminam no Projeto 5, no 5.º ano, que se reconhece como a verdadeira plataforma de experimentação das problemáticas associadas ao reconhecimento e à intervenção na urbanização contemporânea.

A cidade e o espaço urbano aparecem sempre como enquadramento e referente dos exercícios de projeto desenvolvidos ao longo do MIArq. No entanto, a prática multiescalar que reflete sobre as questões urbanas e sobre o sistema de espaços coletivos, particularmente naquilo que tem que ver com as formas de cidadania e de vida em comum, só é trabalhada enquanto dimensão crítica do desenho e do projeto, no último ano do mestrado, no espaço letivo do Projeto 5. Consequentemente, os conhecimentos teóricos adquiridos anteriormente, essenciais para uma compreensão mais abrangente da condição urbana, só são efetivamente rendibilizados neste espaço de aprendizagem, onde se propõe um território de

¹ Este texto resulta de uma reflexão conjunta desenvolvida entre a autora e Manuel Fernandes de Sá, Álvaro Domingues, Rui Mealha, Luís Pedro Silva, Luís Viegas e Nuno Travasso, bem como de diversas discussões produzidas no âmbito do grupo de investigação Morfologias e Dinâmicas do Território, do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

² Antropologia do Espaço (2.º ano, semestral, optativa), Geografia (2.º ano, semestral, optativa), Grandes Projetos Urbanos (2.º ano, semestral, optativa), Urbanística I (3.º ano, anual, obrigatória), Urbanística II (4.º ano, semestral, obrigatória), Teoria IV (território e formas urbanas, 5.º ano, anual, obrigatória), A Urbanização da Pobreza (4.º/5.º anos, semestral, optativa), Economia Urbana (4.º/5.º anos, semestral, optativa), História da Cidade do Porto (4.º/5.º anos, semestral, optativa), Paisagismo (4.º/5.º anos, semestral, optativa).

complexidade suficiente para os discutir, inter-relacionar, integrar e experimentar.

1. O legado do Projeto Urbano

Ciente das condicionantes de um quadro de aprendizagem relativamente diverso e abrangente, como aquele que corresponde à formação em Arquitetura, e que pressupõe a aquisição de conhecimentos que não se podem reunir, apenas, em direto relacionamento com o tronco da Urbanística, a disciplina que dá origem ao atual Projeto 5 foi pensada por Manuel Fernandes de Sá, ainda na década de 1990, no âmbito da licenciatura em Arquitetura.

Idealizada como uma plataforma de cruzamento entre os conhecimentos teóricos e a prática projetual, esta disciplina assume-se como uma experiência de aprendizagem ambivalente, entendimento que subjaz, ainda hoje, ao conceito pedagógico e didático que determina a essência da unidade curricular vigente. Por um lado, considera-se que este projeto deve não só constituir uma «plataforma mínima para ultrapassar uma visão essencialmente formalista da questão urbana, mas também transmitir aos alunos uma base de conhecimentos teóricos e projetuais que, de uma forma mais profunda, lhes permita compreender o território e lhes forneça uma flexibilidade profissional que fundamente a sua intervenção na cidade». Por outro lado, deve «completar a sua formação em termos de planeamento», permitindo-lhes «transpor para esse campo, uma maior capacidade de intervir formalmente e, por conseguinte, de levar a arquitetura para o campo do planeamento»³.

Pelas razões apontadas, no âmbito da unidade curricular Projeto 5 o Projeto Urbano afirma-se como o espaço por excelência de articulação entre o planeamento urbano e a arquitetura, não só do ponto de vista do desenho do espaço público, mas também no que se refere ao projeto-processo-plano de concretização complexa, que integra, por um lado, as dinâmicas da sociedade e as exigências dos atores formuladas num determinado momento, e, por outro lado, a indeterminação dos tempos — o curto e o

³ Sá, Manuel Fernandes de, «Programas, conteúdos e métodos. Relatório». In: Manuel Fernandes de Sá, *Planos operativos de escala intermédia: caracterização técnica e arquitectónica*. Porto: FAUP, 2003, p. 4. Documento expressamente elaborado para instruir o processo de professor agregado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Provas de Agregação

longo prazo — que condiciona o desenho e os seus diferentes níveis de convicção ou de flexibilidade. De modo convergente, o quadro didático, assente numa visão que alude à complexidade da realidade contemporânea e do território que se propõe para estudo, considera, assim, a convicção e a incerteza como condições incontornáveis da proposta a elaborar.

2. Os objetivos

No período que medeia entre a formulação do espaço de experimentação da disciplina de Projeto Urbano e o momento atual, a didática foi evoluindo em função das transformações do enquadramento envolvente, quer no que se refere aos efeitos do novo sistema europeu do ensino superior — a adaptação do plano de estudos às exigências decorrentes do Processo de Bolonha e, em termos práticos, a resultante redução das matérias obrigatórias no tronco do Urbanismo —, quer no que diz respeito às sucessivas transmutações da realidade territorial, designadamente as que decorrem da fluidez e da instabilidade dos temas relativos à *res publica*.

Mais recentemente, em face do novo paradigma de intervenção associado ao quadro de perplexidade e mudança súbita subsequente à crise sistémica global que ocorre no final da primeira década do século XXI, espera-se que o Projeto 5 garanta um processo pedagógico que origine, também, um espaço de reflexão crítica sobre as novas e maiores incertezas que incidem sobre o território e os seus atores, sobre as diversas escalas e comportamentos em presença e sobre os seus valores, convergentes ou conflituantes, discutindo novos métodos e ferramentas de abordagem, subjacentes a um raciocínio estratégico de intervenção, o qual, em muitas circunstâncias, impõe uma tática altamente seletiva quanto aos investimentos na transformação física.

Espera-se ainda que esta experiência proporcione ao aluno (e, depois, ao arquiteto) não só a sensibilidade para compreender as várias faces e as múltiplas *layers* que constituem a realidade contemporânea, mas também a

capacidade para intervir num ambiente em transformação, colmatando as carências dos espaços de aprendizagem anteriores e a reduzida discussão em torno das matérias urbanas pertinentes, entendidas numa perspetiva abrangente, integrada e eminentemente prática. A experiência subentende também que o aluno — familiarizado com uma abordagem metodológica mais focada no objeto arquitetónico e exímio na concretização de uma encomenda programática previamente definida, precisa e espacialmente confinada — será capaz de desenvolver novas competências de observação e interpretação do existente e de operacionalizar o quadro disciplinar complexo do território, reconhecendo as escalas, os processos, os tempos e, ainda, os valores do presente e os desígnios do futuro que nele se encontram latentes.

3. A didática

O exercício desenvolvido em Projeto 5, entre o plano e o projeto, pressupõe, então, o reconhecimento das temáticas e dos materiais subjacentes ao Projeto Urbano.

Como tal, a caracterização prospetiva de um território complexo, proposto no início de cada ano letivo, apresenta-se, em primeiro lugar, como condição para a construção de uma estratégia de intervenção urbanística — uma visão prospetiva —, capaz de qualificar a identidade e a imagem urbana, de prever as transformações próximas e de antever destinos potenciais. Em seguida, pressupõe a construção de uma estratégia de reestruturação funcional e urbanística e o consequente programa de intervenção. Os argumentos conceptuais e as soluções resultantes destas duas fases congruentes e interatuantes são propostos em grupo, garantindo que os alunos apresentam uma «visão» ou uma «hipótese» (a testar) de transformação, discutida e consensualizada coletivamente, que decorra da síntese da pesquisa efetuada e considere iniciativas heurísticas de validação.

Os princípios subjacentes à valorização urbana do território proposto pressupõem, então, a construção de um ponto de vista fundamentado e a definição de um limite pertinente, considerando uma perspetiva sistémica,

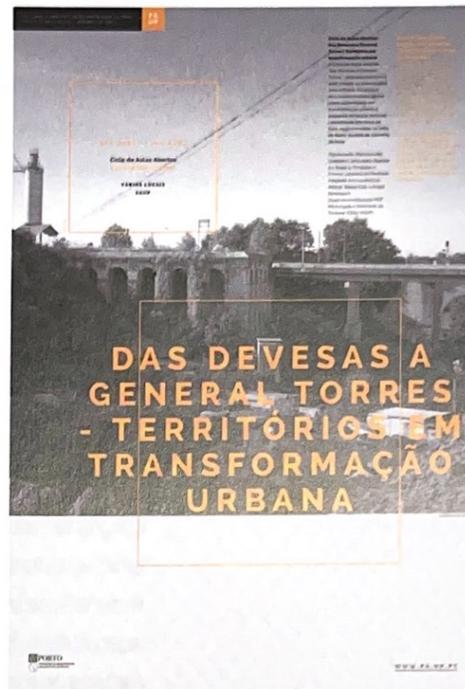
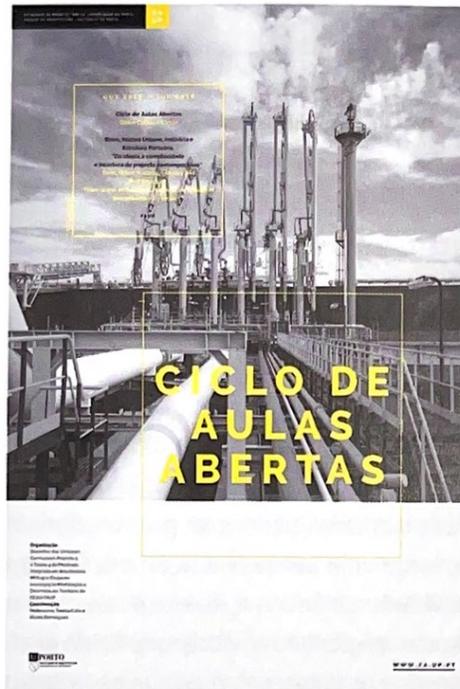
que reforça e qualifica as ligações internas e externas, as dimensões materiais e imateriais, garantindo o inter-relacionamento e a coesão das diferentes iniciativas e ações transformadoras, tendo em atenção o contexto social e institucional e considerando o protagonismo estruturante de alguns elementos físicos, assim como o valor determinante da sua posição relativa.

O aprofundamento das propostas urbanísticas preconizadas e das opções programáticas determinantes para a implementação da estratégia proposta pelo grupo pressupõe, depois, uma concretização no âmbito do desenho urbano. Este desenvolvimento, produzido individualmente por cada aluno, decorre da identificação, em grupo, de áreas mais restritas de intervenção, reconhecidas como operações prioritárias para a concretização da estratégia previamente elaborada.

Ao longo das diferentes fases de evolução do trabalho, cabe ao docente não só estimular a observação e a compreensão das dimensões explícitas e implícitas nos distintos processos que se materializam no território, mas também contribuir para desenvolver a capacidade crítica para caracterizar contextos e formular propostas.

Porém, a experiência projetual reconhece, simultaneamente, a necessidade de reunir, valorizar e operacionalizar conhecimentos complementares — da geografia, da sociologia, da economia, do paisagismo, entre outros — e, dessa forma, desenvolver um pensamento integrado sobre o ambiente construído, que considera, em última análise, a espacialização das questões do urbano — as formas de ocupação do território — como um produto da sociedade.

Pelas razões apontadas, considera-se fundamental garantir a presença de diversos autores/técnicos, especialistas em matérias pertinentes, identificados, não só a partir das especificidades tidas por incontornáveis no contexto proposto, mas também das solicitações decorrentes do aprofundamento da investigação sobre o território em estudo, o que nos últimos anos deu origem a um ciclo paralelo de aulas, que, por demonstrarem um alcance mais alargado, são abertas a toda a comunidade.



Tais aulas correspondem a um espaço de contacto entre o aluno e diferentes disciplinas que refletem sobre o território, mas também a uma plataforma de confronto de opiniões — por vezes polémicas e contraditórias — sobre as questões a valorizar, os princípios a considerar e os modos de atuar. Ao evidenciarem diversos âmbitos pertinentes da problemática urbana, estes espaços de aprendizagem e debate permitem ultrapassar leituras simplistas e reconhecer a importância de garantir soluções integradas e integradoras que resultem de (e sejam capazes de produzir) consensos.

Além desta iniciativa, procura-se, ainda, garantir a proximidade com o município em que se insere a área em estudo, solicitando o seu apoio para a construção de uma visão crítica e de uma experiência prática mais próxima dos agentes de transformação do território e, por isso, pertinente e estimulante para os futuros arquitetos. Neste cenário, a discussão de soluções é enriquecida pela colaboração dos políticos ou dos técnicos municipais em diversos momentos do trabalho desenvolvido, quer através da enunciação das dificuldades, quer através do lançamento de desafios, quer, ainda, através da apreciação das

Fig. 2. Ciclos de aulas abertas: «Sines, Núcleo Urbano, Indústria e Estrutura Portuária: Da utopia à complexidade e incerteza do projeto contemporâneo», de 2015/2016, e «Das Devesas a General Torres: Territórios em transformação urbana», de 2016/2017

soluções preconizadas pelos alunos. Nesta última situação, evidencia-se a importância da comunicação, procurando ensaiar os melhores meios para fazer chegar ao destinatário o interesse ou o potencial de qualificação subjacente a uma solução.

4. Os desafios

Assim, o Projeto Urbano, entendido como processo de investigação, apresenta um conjunto de exigências específicas de natureza curricular que devem garantir, por um lado, a construção de uma perspectiva holística (e operativa) de uma realidade dinâmica e heterogénea, e, por outro lado, a concatenação de temáticas muito diversificadas e de conteúdos técnicos, como os que se referem à linguagem ou à representação do projeto, ou seja, ao modo como o projeto reconhece e representa a realidade que pretende modificar.

Como tal, o percurso pedagógico e os seus vários níveis de reflexão pressupõem um tempo longo — representado na atual duração anual de Projeto 5, claramente em contraciclo com a generalização da semestralização das matérias que constituem a formação em Arquitetura —, assim como um exercício indiviso que:

- permita o trabalho em grupo e o trabalho individual, vinculando o segundo ao primeiro e relacionando o primeiro com o segundo de modo interdependente e dialético, com vista a incrementar o desempenho do futuro arquiteto enquanto participante ou coordenador de equipas;
- permita reconhecer as especificidades dos processos de desenho de conceção, de investigação e de comunicação, distinguindo os diferentes níveis de certeza que se consubstanciam nas diversas formas de representação e nos diversos tempos da sua realização; e
- permita experimentar a condição ambivalente da profissão de arquiteto, entre a responsabilidade de participação na definição pública das condições de

atuação dos atores privados, e a ação consciente do desenho ao serviço dos segundos, considerando princípios e regras urbanísticas que interessam ao coletivo ou vinculam a sociedade.

Reconhecendo o interesse, mas também as limitações, do espaço de experimentação e de aprendizagem subjacente ao quadro pedagógico apresentado pelo Projeto 5 do MIArq-FAUP, defende-se, sobretudo, que às Escolas de Arquitetura compete, então, garantir *experiências pedagógicas sobre o território* que, não tendo a ambição, não realizável, de garantir a cobertura total das temáticas e das perspectivas urbanas pertinentes da contemporaneidade, considerem e incentivem uma prática reflexiva, preocupada com a construção de um olhar informado sobre a especificidade dos contextos e das conjunturas do momento presente.

Defende-se, sobretudo, que lhes (nos) compete garantir o espaço crítico de aprendizagem que confirme a capacidade da arquitetura para interferir nos problemas do território.